

Artigo Teórico-empírico

Casos Múltiplos de Voluntariado Pró-Vida em uma Abordagem Ética Neoaristotélica

Multiple Cases of Pro-life Volunteering in a Neo-Aristotelian Ethical Approach



Maria Clara F. Dalla Costa Ames^{*1} 
Maurício C. Serafim² 

RESUMO

Objetivo: compreender a relação entre virtudes morais e *phronesis* a partir de voluntários de organizações da sociedade civil que atuam pela proteção e auxílio de gestantes, conhecidas como pró-vida. **Marco teórico:** apresenta-se a perspectiva da ética das virtudes na abordagem neoaristotélica como arcabouço teórico, segundo a qual a conduta humana é entendida com base nas disposições do caráter, as virtudes morais, bem como por meio da sabedoria prática ou *phronesis*, tendo por finalidade (*telos*) o florescimento humano. **Método:** a estratégia de pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa de estudos de casos múltiplos em organizações brasileiras (n = 2) e espanholas (n = 2), focando-se em seus voluntários (n = 17 participantes). O acesso ao campo foi realizado por meio de observação participante, entrevista presencial semiestruturada e pesquisa documental, analisando tematicamente o seu conteúdo com o auxílio do software NVivo. **Resultados:** os resultados sugerem como eles atuam e aprendem virtudes ao longo de sua experiência como voluntário – prudência (*phronesis*), temperança, coragem e esperança – para saber abordar, aconselhar, julgar ou conter o julgamento e ajudar gestantes a estabelecer prioridades e perspectivas para o futuro (*foresight*). As evidências suportam a relação entre *phronesis*-temperança e *phronesis*-esperança, para equilibrar prioridades correntes e expectativas futuras. **Conclusão:** contextos diferentes podem revelar virtudes semelhantes nas práticas de voluntários. Os resultados reforçam o pressuposto da unidade das virtudes. Evidências, limitações e possibilidades de pesquisa são discutidas.

Palavras-chave: virtudes morais; prudência; *phronesis*; voluntariado; ética das virtudes.

ABSTRACT

Objective: to understand the relationship between moral virtues and *phronesis* from volunteers of civil society organizations that work for the protection and assistance of pregnant women, known as pro-life. **Theoretical framework:** the perspective of virtue ethics is presented in the neo-Aristotelian approach as a theoretical framework, according to which human conduct is understood as based on the dispositions of character, the moral virtues, as well as through practical wisdom or *phronesis*, with the purpose (*telos*) of human flourishing. **Method:** the research strategy consists of a qualitative multiple case study approach in Brazilian (n = 2) and Spanish (n = 2) organizations, focusing on their volunteers (n = 17 participants). The field was accessed through participant observation, semi-structured face-to-face interview, and documentary research, thematically analyzing their content with the aid of NVivo software. **Results:** the results suggest how they act and learn virtues throughout their experience as volunteers – prudence (*phronesis*), temperance, courage, and hope – to know how to approach, advise, judge, or restrain judgment and help pregnant women establish priorities and perspectives for the future (*foresight*). Evidence supports the relationship of the *phronesis*-temperance and *phronesis*-hope relationship to balance current priorities and future expectations. **Conclusion:** different contexts may reveal similar virtues in volunteer practices. The results reinforce the assumption of the unity of virtues. Evidence, limitations, and research possibilities are discussed.

Keywords: moral virtues; prudence; *phronesis*; volunteering; virtue ethics.

* Autora Correspondente.

1. Pesquisadora independente, integrante do Grupo de Pesquisa Admethics, Florianópolis, SC, Brasil.
2. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Departamento de Administração Pública, Florianópolis, SC, Brasil.

Como citar: Ames, M. C. F. D. C., & Serafim, M. C. (2022). Casos múltiplos de voluntariado pró-vida em uma abordagem ética neoaristotélica. *Revista de Administração Contemporânea*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210315.por>

Publicado em Early Access: 11 de Maio, 2022.

de revisores convidados até a decisão:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1ª rodada									

Classificação JEL: M140, L3, L310.

Editor-chefe: Marcelo de Souza Bispo (Universidade Federal da Paraíba, PPGA, Brasil) 
Pareceristas: Jonathan Simões Freitas (Universidade Federal de Minas Gerais, CEPEAD, Brasil) 
 Nívea Marcela M. N. de Macêdo (Universidade Federal da Paraíba, CCAE, Brasil) 
 Carlos Eduardo Cavalcante (Universidade Federal da Paraíba, PPGA, Brasil) 
Relatório de Revisão por Pares: O Relatório de Revisão por Pares estará disponível após a atribuição a uma edição.

Recebido: 29/11/2021
 Última versão recebida em: 31/03/2022
 Aceite em: 01/04/2022

INTRODUÇÃO

O voluntariado tem se mostrado crucial frente a problemas sociais, humanitários e durante crises (Komenská, 2017), a exemplo das mobilizações em Petrópolis (Época Negócios, 2022), no enfrentamento à COVID-19 (Trautwein, Liberatore, Lindenmeier, & Schnurbein, 2020), e na ajuda aos refugiados da Ucrânia (Estado de Minas, 2022). Além de presente na sociedade civil e no serviço público, o voluntariado também é promovido em âmbito corporativo (Dreesbach-Bundy & Scheck, 2017) e é um dos projetos associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Taylor-Collins, Harrison, Thoma, & Moller, 2019).

Solidariedade, altruísmo, beneficência e justiça são algumas das motivações mais associadas ao voluntariado (Dekker & Halman, 2003). Porém, uma análise mais contextualizada pode descobrir nuances sobre as influências morais em ser voluntário (Puckering, 2015). O voluntariado pode ser benéfico para a sociedade (confiança, virtudes cívicas), para as pessoas atendidas e para os próprios voluntários, contribuindo em seu desenvolvimento pessoal (Mateiu-Vescan, Ionescu, & Opre, 2021).

Alguns movimentos sociais, no entanto, são pouco conhecidos na prática, devido à sua conexão a questões controversas, sendo considerados ‘ugly movements’ (Gillan & Pickerill, 2012). Este é o caso do movimento pró-vida – que atua pela defesa da vida desde a concepção – o qual, por ser enquadrado como contrário à agenda pró-escolha, pode ser visto como homogêneo, conservador e patriarcal (Avanza, 2020; Faúndes, 2015; Sterud, 2020). Contudo, dois pontos sobre as organizações pró-vida merecem atenção. Boa parte dos estudos disponíveis aborda a retórica (Sterud, 2020) ou aspectos legais (Álvarez & Mosquera, 2017), pouco aprofundando-se nas ações cotidianas de voluntários (Avanza, 2020; Hussey, 2014). O alcance individual, um de seus formatos de atuação (Munson, 2018), é tido como invisível (Hussey, 2014). Além disso, em certos contextos, a maioria dos voluntários pró-vida são mulheres, cuja principal motivação assumida é ajudar mulheres em vulnerabilidade (Avanza, 2020).

Embora os voluntários tenham um senso de responsabilidade (Maxwell, 2002), estudos sugerem inclinações controversas em suas razões para agir, tais como egoísmo, lógica de mercado (Gonçalves, Grzybovski, Mozzato, & Toebe, 2017) e custo-benefício (Mateiu-Vescan et al., 2021). Em certos grupos pró-vida se pressupõe a análise custo-benefício (Maxwell, 2002) e a motivação moral tende a ser abordada segundo as consequências das ações (Komenská, 2017).

Atentar para obrigações baseadas em princípios e as consequências de ações relaciona-se às perspectivas

da ética deontológica e utilitarista/consequencialista, as quais têm predominado no campo da administração (Sison, Beabout, & Ferrero, 2017), devido a pressupostos antropológicos limitados à visão do *homo economicus* (Melé & Cantón, 2014) e de uma predominância da racionalidade instrumental (Hurst, 2013; Queiroz, 2015; Roca, 2007; Santos, Serafim, Pinheiro, & Ames, 2019). Contudo, as limitações das abordagens das éticas modernas apontadas pela filósofa Elizabeth Anscombe (1958) levam ao ressurgimento da ética das virtudes na filosofia moral e, por volta da década de 1990, ela surge nos estudos de ética em administração (Robin & Reidenbach, 1987; Solomon, 1992) como uma nova possibilidade teórica. A perspectiva da ética das virtudes retoma o conceito de excelências do caráter (em grego *aretê*, ou virtudes), como uma disposição (*hexis*) que nos define (Hobuss, 2015). Sua pergunta parte da perspectiva da pessoa em sua integralidade, ou *self*, o qual indaga: O que devo fazer? Como devo viver em sociedade, de tal forma a crescer pessoal e moralmente e contribuir para que os outros também alcancem tal crescimento (*flourishing*)? (Akrivou & Scalzo, 2020). Com essas indagações em mente, alguém pode julgar e deliberar (Steyl, 2020) sobre o contexto de sua vida e fazer escolhas por meio da virtude intelectual denominada de sabedoria prática, prudência ou *phronesis* (Bachmann, Habisch, & Dierksmeier, 2018).

Na abordagem neoaristotélica, a sabedoria prática é a virtude intelectual que permite a deliberação sobre os meios diante das circunstâncias, e que se mantém conectada às virtudes morais (Kristjánsson, 2021). Justiça, fortaleza e temperança formam com a prudência o conjunto de virtudes cardeais. Para o voluntariado, estudos reconhecem o papel de virtudes cívicas (Taylor-Collins et al., 2019), mas pouco se conhece sobre sua relação com as primeiras. Centrando-se no agente, a ética neoaristotélica entende que o florescimento humano (*eudaimonia*) se alcança pelo cultivo de virtudes (Akrivou & Scalzo, 2020; Sison & Ferrero, 2015). Propomos essa perspectiva porque permite pensar a ação não somente como cálculo de consequências ou no dever de seguir regras, mas contemplando as virtudes intelectuais e morais.

Além disso, embora se reconheça que as virtudes sejam sensíveis à cultura e ao contexto particular (Hackett & Wang, 2012), não há consenso sobre a adequação de perspectivas da ética das virtudes de um contexto cultural em outro (Alzola, Hennig, & Romar, 2020; Koehn, 2020), o que subjaz à discussão sobre o que é universal e contextual (Demuijnck, 2015; Neves & Melé, 2013). Alguns estudos sugerem meios de acolher a diversidade cultural sem cair nos extremos do relativismo cultural ou do universalismo rígido (Demuijnck, 2015; Neves & Melé, 2013), mas são insights ainda por serem aprofundados por estudos empíricos que

busquem entender o ‘como’ e o ‘por que’ das ações éticas (Grant, Arjoon, & McGhee, 2018).

Este artigo busca compreender a relação entre as virtudes morais e a virtude intelectual da *phronesis* na perspectiva neoaristotélica (Sison & Ferrero, 2015), conduzindo um estudo de casos múltiplos e qualitativo sobre as ações cotidianas de voluntários de organizações pró-vida de dois países. Tais organizações se dedicam à defesa da dignidade humana (Munson, 2018; Williams, 2016), atuando complementarmente às políticas que visam a reduzir a mortalidade materno-infantil. Contudo, atuam em contexto contrário a seus valores, conforme a legislação e as políticas públicas sobre o aborto de países democráticos (Studlar & Burns, 2015). Diante disso, este estudo foca na esfera da ação (*práxis*), própria da conduta ética e de hábitos virtuosos ou viciosos, na medida em que os voluntários podem adquirir virtudes (Ames & Serafim, 2019; Ames, 2020).

Dessa forma, a pergunta de partida deste trabalho é: “Como os voluntários de organizações da sociedade civil pró-vida cultivam virtudes ao atuarem pela proteção de gestantes e filhos?” Com isso, pretendemos contribuir para o conhecimento sobre o ‘como’ (ações embasadas na *phronesis*) e o ‘por que’ (virtudes morais) das ações desses voluntários.

O estudo adere ao debate da administração contemporânea ao destacar o voluntariado no atendimento de demandas nem sempre supridas pelo poder público ou pelo mercado, as quais não são responsabilidade apenas da sociedade civil, mas requerem a ação conjunta de organizações públicas e privadas, agindo por meios e fins eticamente deliberados. Aborda organizações envolvidas com problemas sensivelmente controversos, envolvendo direitos humanos, a partir da reflexão sobre a ética das ações de voluntários pró-vida de diferentes contextos culturais. Pela ética das virtudes neoaristotélica, apresenta uma perspectiva aberta à deliberação livre, mediante a *phronesis*, pela qual é possível ponderar sobre condições e circunstâncias contextuais de ação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ética das virtudes em administração

A ética das virtudes tem sido associada a vários temas em administração, tais como ensino-aprendizagem de ética (Ames & Serafim, 2019), liderança (Ferrero, Rocchi, Pellegrini, & Reichert, 2020), conhecimento e gerência (Warhurst & Black, 2017), finanças (Martins & Serafim, 2020), racionalidade (Queiroz, 2015) e tomada de decisão ética (Nguyen & Crossan, 2021). Virtudes morais correspondem às disposições éticas expressas em

hábitos que se fundamentam na vontade de agir bem frente às circunstâncias. Uma virtude pode ser definida como “a inclinação humana para sentir, pensar e agir de forma a exprimir a excelência moral e contribuir para o bem comum” (Newstead, Macklin, Dawkins, & Martin, 2018, p. 446, tradução nossa). Do latim *virtus*, significa força, mas também é entendida como ‘excelência’ (Hooft, 2014), e do grego *areté*, representando ‘o que é melhor’ ou excelência (Sison & Ferrero, 2015).

Na tradição aristotélica, a virtude é um ponto intermediário entre o excesso, de um lado, e a falta de uma disposição para agir, de outro, polos considerados vícios. Por exemplo: a fortaleza é o meio-termo entre a covardia e a temeridade, ou audácia excessiva. Essa e outras noções da ética das virtudes, ou *virtue ethics*, têm raízes em Aristóteles, um de seus expoentes, e foram, ao longo do tempo, reinterpretadas por autores como Tomás de Aquino (2014) e Alasdair MacIntyre (2007). Tais vertentes são conhecidas como neoaristotélica, tomista e macintyreana (Sison, Ferrero, & Guitián, 2018).

O arcabouço da ética das virtudes coloca o ser humano como elemento central em sua perspectiva (Akrivou & Scalzo, 2020), considerando-o como um ser social e relacional, capaz de cultivar virtudes que o levam a alcançar a excelência em termos de caráter (Hobuss, 2015), tendo como propósito a *eudaimonia* ou florescimento humano. Tais hábitos virtuosos se dão em convívio com outras pessoas e dependem desse convívio para serem aperfeiçoados. Por exemplo: é interagindo com as pessoas que se criam oportunidades para ser justo. Em segundo lugar, pressupõe que as virtudes podem ser aprendidas por meio de ações reiteradas que se transformam em hábitos (Aristóteles, 2009), o que por fim constitui o caráter (Darnell, Gulliford, Kristjánsson, & Paris, 2019). Terceiro, pressupõe que a virtude intelectual da prudência (*phronesis*) está presente em cada uma das demais virtudes morais, coordenando-as, ao permitir a escolha de meios em vistas ao fim, indicado pelas virtudes (Sison & Ferrero, 2015). Essa característica, também conhecida como ‘unidade das virtudes’, é o que distingue a ética das virtudes neoaristotélica de abordagens que não consideram a participação da *phronesis* em cada virtude (Zyl, 2019), como a perspectiva pluralista de Swanton (2003) e a perspectiva emotivista (baseada no agente), derivada das contribuições de Slote (2001). Em síntese, a ética das virtudes vai além dos conceitos de virtudes morais e intelectuais, estabelecendo também a finalidade ou *telos* da vida humana, a *eudaimonia* ou florescimento humano, e que a boa vida em sociedade pode ser alcançada quando as pessoas trabalham com vistas ao bem comum (Albareda & Sison, 2020).

Há várias abordagens para a ética das virtudes, oriundas das culturas ocidental e oriental, sendo parte delas reinterpretções de Aristóteles (Ferrero & Sison, 2014).

Diversos estudos adotam essa perspectiva para discutir a ética de corporações (Solomon, 1992), pequenas empresas (Chu & Moore, 2020), empresas familiares (Sison, Ferrero, & Redín, 2020) e cooperativas (Bernacchio & Couch, 2015), levando em conta suas relações com outros *stakeholders*. Nesse panorama de tradições orientais (confucianista, hinduísta ou budista), ocidentais (aristotélica, tomista ou macintyreana) e suas aproximações (Hartman, 1998; 2008; 2020; Koehn, 2020; MacIntyre, 2007; Sison, Ferrero, & Redín, 2020), a abordagem neoaristotélica compreende a prudência como um elemento interconectado às virtudes morais (Ferrero et al., 2020; Kristjánsson, 2021; Zyl, 2019), assumindo uma noção antropológica não redutivista. Ela abrange, além da *phronesis*, as noções de natureza humana, ações e hábitos, caráter, virtudes morais, *eudaimonia* ou florescimento humano, e ainda o estilo de vida escolhido por alguém (Sison & Ferrero, 2015).

Embora existam listas de virtudes, costuma-se aceitar que elas se ordenam em torno de quatro virtudes cardeais: prudência, justiça, temperança e fortaleza (Morales-Sanchez & Cabello-Medina, 2013). Tomás de Aquino estabeleceu o número, hierarquia e natureza universal das virtudes morais e teológicas (fé, esperança e caridade) em sua *Summa theologica*. A esperança também é composta por atributos morais, como sendo a capacidade de estabelecer prioridades claras e ordenadas, algo dependente da virtude da *phronesis* (Milona, 2020). De forma muito breve, as virtudes cardeais são assim descritas para o propósito deste estudo: (a) prudência: a capacidade de tomar boas decisões, com base na realidade; virtude intelectual que contempla deliberar, julgar, escolher para agir (Bachmann et al., 2018), conforme o contexto particular de ação; (b) justiça: é uma disposição para o relacionamento com os outros, dando a cada um o que é seu; também se manifesta diante de um problema com a lei, ou por esta ser injusta, ou por não ser adequada ao caso particular (Aristóteles, 2009); é um aspecto moral da motivação, uma justificativa para a conduta humana (Guillén, Ferrero, & Hoffman, 2015); (c) temperança: moderação e equilíbrio sobre os sentimentos, emoções e prazeres em nome de um propósito moral; (d) fortaleza: ou coragem, é a resistência para suportar pressões e forças contrárias (Morales-Sanchez & Cabello-Medina, 2013).

Na perspectiva neoaristotélica, as virtudes são bens morais e sua busca pode gerar motivações intrínsecas (p. ex.: o desejo de adquirir virtudes enquanto age) e extrínsecas (o desejo de receber tais bens morais dos outros). Motivações intrínsecas e extrínsecas baseadas no interesse próprio podem coexistir com motivações altruístas, voltadas para os interesses dos outros (Guillén et al., 2015), por exemplo, quando o voluntariado doa seu tempo e esforço para ajudar pessoas desconhecidas (Komenská, 2017).

A partir dos conceitos aristotélicos, Tomás de Aquino constrói um arcabouço para uma teoria da ação, em que a prudência (*phronesis*) ocupa o papel de coordenadora das demais virtudes para agir bem com base na razão e na realidade (Aquino, 2014). A virtude é um hábito operativo bom, por meio do qual alguém raciocina bem sobre o bem, tornando até agradável fazer a coisa certa (Ferrero et al., 2020).

Prudência e a unidade das virtudes

A virtude da prudência (*phronesis*) é um elemento comum entre as perspectivas aristotélicas (Zyl, 2019), tomistas e macintyreanas (Ferrero et al., 2020). Sua tradução contemporânea como ‘sabedoria prática’ tem raízes na filosofia oriental (Provis, 2010). Ela é descrita como um tipo de conhecimento prático – uma disposição para o julgamento sábio diante de situações – e como a capacidade de percepção do contexto particular e das situações, sendo, nesse caso, relacionada à aprendizagem experiencial (Ames & Serafim, 2019).

Por meio da *phronesis* escolhemos e decidimos acerca dos meios adequados, enquanto as virtudes morais indicam os fins e nos capacitam a atuar de acordo com a decisão. Segundo a perspectiva neoaristotélica, a *phronesis* se aperfeiçoa – num processo de aprendizagem – por meio de ações que resultam de uma decisão consciente baseada na razão correta (Sison & Ferrero, 2015). A decisão consciente vem da correta apreciação das circunstâncias e o conhecimento prático sobre como proceder. Esses requisitos geralmente são atendidos ao longo do tempo e acumulados com a experiência. Ela significa uma inclinação pessoal para fazer o que é certo em dada circunstância, focando no fim último humano e informado por virtudes morais (Sison & Hühn, 2018). A ética das virtudes carrega em seus pressupostos a noção de harmonia entre a razão e a emoção: “A virtude da prudência produz um alinhamento entre o pensamento ou a percepção correta, o desejo correto e a ação correta; cria harmonia entre razão, sensibilidade ou emoções e comportamento” (Sison & Ferrero, 2015, p. S87, tradução nossa).

No campo de administração e organizações, há distintas concepções da *phronesis*, desde perspectivas formais que a consideram apenas como um conhecimento prático, sem levar em conta seu aspecto moral, até uma concepção substantiva da *phronesis*, na qual a inclinação moral do agente é considerada, como se reconhece na ética das virtudes aristotélico-tomista (Ames, Serafim, & Zappellini, 2020). Embora existam tentativas de conciliar perspectivas (Bachmann et al., 2018), alguns dos pressupostos antropológicos e éticos são significativamente distintos, levando pesquisadores a optarem por uma

abordagem específica, assim como este estudo, que se apoia na abordagem neorristotélica.

A relação de interdependência entre a *phronesis* e demais virtudes encontra fundamentos na filosofia de Aristóteles (2009), Tomás de Aquino (2014) e de MacIntyre (2007), consistindo na tese da unidade das virtudes (Zyl, 2019). De acordo com Sison e Ferrero (2015), “cada virtude requer todas as outras, de tal forma que um indivíduo não pode verdadeiramente possuir uma virtude sem possuir todas as outras ao mesmo tempo, embora em estágios variáveis de desenvolvimento ou graus de perfeição” (Sison & Ferrero, 2015, p. S92, tradução nossa). Zyl (2019) esclarece se tratar da aplicação de uma concepção geral (conhecimento) sobre os fins, daquilo que é bom e que vale a pena para o ser humano. A “[p]hronesis pode ser uma virtude intelectual, mas está inseparavelmente ligada às virtudes morais e à aspiração geral de (ajudar cada outro) a se tornar uma pessoa melhor” (Kristjánsson, 2021, p. 12, tradução nossa). Embora se reconheça a interdependência ou conexão entre elas, poucos estudos abordam essa inter-relação como fenômeno de estudo (Zyl, 2019). Sugestões dessa relação são encontradas em estudos sobre a *phronesis* e sua relação com responsabilidade (Green, 2009; Rämö, 2011), *techné* (Jacinto & Ames, 2020) e coragem (Morrell & Brammer, 2016).

Empiricamente, frente ao desafio de abordar a *phronesis* (Sison, 2016, citado por Akrivou & Scalzo, 2020), tem-se buscado métodos longitudinais (p. ex.: Morrell & Brammer, 2016) e qualitativos em níveis de análise micro e organizacional (Ames et al., 2020). Outra corrente de trabalhos se apoia em métodos quantitativos para mensurar virtudes, como os revisados por Ames, Serafim e Martins (2021), porém tais instrumentos raramente consideram a unidade das virtudes (Ames, Serafim, & Martins, 2021). Teóricos da área têm sugerido abordagens narrativas como método (Pinto-Garay, 2019; Sison & Ferrero, 2015). A narrativa de vida é um aspecto relevante na perspectiva da ética das virtudes, sendo um conceito inerente ao arcabouço de MacIntyre (2007).

Voluntariado e organizações pró-vida

A atenção recebida pelo voluntariado nas últimas décadas promoveu inúmeros conceitos, abordagens e temas de interesse sobre o voluntariado, sobre os voluntários e sobre seus impactos. O voluntariado é um fenômeno influenciado pelo contexto e pela cultura (Mateiu-Vescan et al., 2021), exercido por meio de ajuda de voluntários a pessoas com alguma necessidade, em caráter emergencial ou não. Geralmente reconhece-se o voluntariado formal, isto é, realizado a partir de uma organização (Gonçalves et al., 2017), mas redes informais de suporte social também contribuem em situações emergentes (Carlsen, Toubøl, &

Brincker, 2021). É um conceito próximo ao de comunidade e aprendizagem baseada em serviço (Mateiu-Vescan et al., 2021) e engajamento cívico (Binder, 2020; Taylor-Collins et al., 2019).

O voluntariado é considerado como uma das formas de exercitar engajamento e virtudes cívicas. O engajamento cívico pode gerar impactos na democracia por diferentes meios, como ao fortalecer virtudes (p. ex.: tolerância, respeito, atenção ao bem público), bem como habilidades cívicas (p. ex.: argumentação e participação na vida política) (Binder, 2020). No que tange às motivações para o voluntariado, modelos unidimensionais têm abordado o altruísmo, enquanto os multidimensionais têm encontrado fatores como estima, intelecto e valores, antes de carreira e proteção (Cavalcante, Souza, & Mól, 2015).

As iniciativas pró-vida e pró-escolha representam visões antagônicas sobre o aborto. O termo ‘pró-vida’ costuma ser atribuído a pessoas, grupos e esforços organizados para reduzir, restringir ou reduzir o aborto, ao passo que o termo ‘pró-escolha’ é atribuído aos esforços para garantir ou expandir o seu acesso (Munson, 2018). Atualmente, podem ser encontrados em muitos países e atuando por meio de redes transnacionais (Bessone, 2017). As organizações pró-vida podem assumir diferentes formas de atuação e propósitos (Hussey, 2014; Munson, 2018). Por exemplo, enquanto no contexto norte-americano a questão do aborto tem sido discutida de forma mais pragmática e vários estados confederados permitem o aborto, no Japão, celebridades têm manifestado valores a favor da vida e encontrado apoio público (Morgan, 2017). Além disso, tanto o movimento pró-vida quanto o pró-escolha são muito mais heterogêneos do que se costuma supor (Avanza, 2020; Munson, 2018).

A revisão da literatura conduzida por Avanza (2020) lhe permite observar a pluralidade do movimento pró-vida na Itália, em relação aos estudos em outros contextos. As mulheres que formam o movimento pró-vida não constituem um grupo monolítico. Diferentemente, tais mulheres são diversas em termos das suas histórias reprodutivas e características sociodemográficas, e isso traduz-se em diferentes formas de ser pró-vida (Avanza, 2020).

No contexto norte-americano, o movimento pró-vida – o qual em sua história tem uma perspectiva política inicialmente democrata e que depois se translada para a republicana (Williams, 2016) – teve sua origem por meio da iniciativa da Igreja Católica, depois crescendo e se diversificando em orientação e formas de apoio às gestantes. Munson (2018) identificou quatro formatos do movimento pró-vida: (a) político, que consiste no esforço político em provocar alguma mudança legislativa em relação ao aborto e ao direito à vida; (b) ação direta, conhecido como ação pública de protestos e piquetes em frente às clínicas que realizam aborto; (c) alcance individual, geralmente composto

por mulheres e que auxilia diretamente as gestantes, podendo ser exemplificado pela atuação de pessoas que tentam ajudar e aconselhar de alguma forma outras mulheres em relação ao aborto; e (d) fluxo de alcance público, que consiste em tentar reduzir o aborto por vias educativas e informativas sobre sua prática.

Na Espanha, certas organizações pró-vida influenciam o fluxo político (Álvarez & Mosquera, 2017). O país conta com a Federação Espanhola de Associações Pró-Vida. Diante de uma legislação nacional em que o aborto é descriminalizado até a 14ª semana de gestação (Montoro, 2019), esses atores incentivaram leis de iniciativa popular, inserindo o marco interpretativo ‘proteção da vida’ em leis de comunidades autônomas (nível regional), bem como a implementação de políticas de apoio às mulheres, o que é considerado um retrocesso por Álvarez e Mosquera (2017).

Na Argentina, Faúndes (2015) descreve que o movimento pró-vida evoluiu em três estágios: ações culturais e assistenciais voltadas principalmente para a oposição ao aborto; adoção de estratégias de *advocacy* e uma complexificação de suas identidades públicas; e a federalização dessas organizações, por meio da chamada *Red Federal de Familias*. Faúndes (2015) percebe três diferentes posicionamentos das ONGs em relação à religiosidade: algumas assumindo a religião na identidade da organização (religiosidade institucionalizada) e outras não – entre estas, a religiosidade interiorizada e a desassociação religiosa.

Em grupos pró-escolha, o recrutamento de membros é mais ativo, enquanto em iniciativas pró-vida ocorre um autorrecrutamento, desencadeado por uma experiência particular. Maxwell (2002) encontra um comportamento altruísta dos ativistas, que expandem sua vontade de ver as pessoas como seus semelhantes para os fetos e para as gestantes que lidam com o aborto. Ela chama essa percepção de ‘ética da extensividade’, uma convergência entre a dimensão intelectual e a emocional.

No Brasil, a pesquisa sobre tais organizações está em fase inicial e pouco se conhece sobre a ética na conduta de seus voluntários (Ames, 2020). Os estudos que abordam aspectos morais do voluntariado ainda são incipientes (Komenská, 2017; Puckering, 2015).

METODOLOGIA

Considerando pressupostos e elementos teórico-analíticos da ética das virtudes, especialmente a *phronesis* e sua relação com as virtudes morais, utilizou-se o estudo de casos múltiplos como estratégia de pesquisa (Stake, 2010; Strang, 2015), de modo a acessar a narrativa de voluntários a partir de suas ações no contexto de suas organizações e comunidades.

Enquanto uma sabedoria prática que permite compreender o contexto, a *phronesis* se mostra relevante para voluntários entenderem o contexto legal, político e social em que atuam, bem como as características e práticas de suas organizações, para definir as ações prudentes a serem tomadas diante das demandas de gestantes que buscam pela organização. Para a pesquisa, entender o contexto dos casos é relevante, pois nem sempre ele é favorável ao propósito de organizações pró-vida. Assim, estudos prévios permitiram entender o contexto legal e de valores (Álvarez & Mosquera, 2017; Ames, Serafim, Zappellini, & Colonetti, 2021; Chaqués-Bonafont, Palau, & Baumgartner, 2015; Montoro, 2019).

De natureza qualitativa e interpretativa, o estudo busca compreender a relação entre virtudes morais e *phronesis* a partir da atuação de voluntários em organizações sociais pró-vida, mantendo uma abordagem indutiva aos dados do campo, isto é, sobre quais virtudes morais poderiam ser relacionadas à *phronesis*. Inicialmente, duas organizações brasileiras foram acompanhadas por observação participante. Após dois anos de trabalho de campo, foi possível ter acesso a duas organizações espanholas. O nível de análise foi individual, sendo os voluntários considerados minicasos, os quais receberam um código correspondente à organização (p. ex.: C1) e um número (001), formando assim o código C1001. As organizações C1 e C2 são brasileiras e delas foram selecionados cinco e sete minicasos, respectivamente. Das organizações espanholas C3 e C4 foram selecionados dois e três minicasos, respectivamente. Desses 17 minicasos, 14 são mulheres e três são homens, muitos dos quais são profissionais aposentados e que fundaram a iniciativa, alguns com mais de 20 anos de voluntariado. O acesso ao campo iniciou em janeiro de 2018 e encerrou-se em maio de 2020.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram observação participante, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental (Stake, 2010). A observação participante ocorreu semanalmente no contexto brasileiro e pontualmente no contexto espanhol, rendendo registros em cadernos de campo, totalizando 227 horas de observação. As entrevistas semiestruturadas ocorreram presencialmente e foram registradas por escrito, utilizando-se gravador de áudio em uma delas, conforme preferências dos participantes. Elas ocorreram entre o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, nas organizações brasileiras, e durante janeiro e fevereiro de 2020, nas organizações espanholas. Uma fase exploratória no campo contribuiu para elaborar um roteiro de perguntas, contendo 22 questões que foram utilizadas como apoio para as entrevistas, buscando acessar a trajetória do voluntário e de sua percepção sobre a organização. Entre as perguntas, as mais contributivas foram: (a) Fale um

pouco de você, sua história, experiências e vivências; (b) Conte-nos como começou a atuar nessa organização; (c) O que o motiva a realizar este trabalho? Por quê? (d) O que esse trabalho representa em sua vida? (e) O que você aprende como pessoa ao realizar esse trabalho? (f) Qual a sua percepção sobre os voluntários da organização? (g) Que virtudes eles podem fortalecer ao realizar as práticas da organização? Por fim, reuniram-se 157 documentos

coletados (informativos, materiais de site, vídeo público de testemunhos de voluntárias, imagens, livros e estatutos).

A maioria dos entrevistados possuía mais de 10 anos de experiência como voluntário, uma característica favorável para a consideração da prudência, a qual se desenvolve com a experiência e ao longo do tempo (Sison & Ferrero, 2015). A Tabela 1 sintetiza informações sobre os minicaseos (voluntários).

Tabela 1. Dados sobre os voluntários, ou minicaseos.

N.º	Minicaseo	Gênero	Idade	Tempo de voluntariado (em anos)	Atividade profissional	Estado civil
1	C1001	Feminino	>75	33	Enfermeira (aposentada)	Casada
2	C1002	Feminino	>75	25	Dona de casa (aposentada)	Viúva
3	C1003	Feminino	>75	21	Técnica em contabilidade (aposentada)	Solteira
4	C1004	Feminino	60-74	12	Dona de casa (aposentada)	Casada
5	C1005	Feminino	>75	26	Comerciária (aposentada)	Viúva
6	C2001	Feminino	>75	37	Médica (falecida)	Viúva
7	C2002	Feminino	60-74	37	Religiosa da Igreja Católica	Solteira
8	C2003	Feminino	60-74	4	Enfermeira (aposentada)	Casada
9	C2004	Masculino	60-74	4	Representante comercial (aposentado) e conselheiro comunitário em saúde	Separado
10	C2005	Feminino	50-59	9	Técnica em contabilidade	Casada
11	C2006	Feminino	>75	30	Comerciária (aposentada)	Casada
12	C2007	Masculino	25-34	5	Voluntariado	Solteiro
13	C3001	Masculino	>75	43	Médico e professor (falecido)	Solteiro
14	C3002	Feminino	50-59	14	Pedagoga	-
15	C4001	Feminino	60-74	18	Enfermeira (aposentada)	Solteira
16	C4002	Feminino	35-49	6	Assistente social	-
17	C4003	Feminino	35-49	10	Publicitária	Casada

Após a transcrição de cadernos de campo e entrevistas, os arquivos foram organizados no aplicativo NVivo, para análise dos dados de forma mais ordenada. A análise de conteúdo temática foi empregada, baseada em 20 categorias prévias, além de 218 categorias que emergiram do campo (codificação aberta), com o processo de leitura e codificação. As categorias prévias (Strang, 2015) se relacionam à ética das virtudes, enquanto a codificação aberta manteve as palavras como encontradas no campo. Em uma segunda etapa elas foram analisadas novamente e agrupadas, reduzindo-se o seu total. A codificação identificou trechos das falas e

de documentos, contendo narrativas relacionadas a ações e práticas (Stake, 2010) percebidas como expressões de virtudes morais e prudência. O processo de validação da análise codificada ocorreu gradativamente por meio de diálogo entre os autores, ao longo do período de codificação e identificação de temas e concepções.

Os temas encontrados com a codificação aberta mantêm vínculos que se relacionam à *phronesis* e às virtudes (Newstead et al., 2018) e as evidências resultam da análise cruzada dos casos, conforme a estrutura de dados (Gioia, Corley, & Hamilton, 2013) descrita na Tabela 2.

Tabela 2. Estrutura de dados.

Dados de primeira ordem	Dados de segunda ordem	Categoria Agregada	Modelo conceitual	Categoria agregada	Dados de segunda ordem	Dados de primeira ordem
<i>Amar o que faz</i> <i>Cultura da vida</i> <i>Defesa da vida</i> <i>Exemplo</i> <i>Ajudar a mulher</i> <i>Responsabilidade</i>	Motivações				Julgamento	<i>Consciência</i> <i>Conhecimento</i> <i>Crítérios de julgamento</i> <i>Não fazer pré-julgamentos</i> <i>Reflexão</i>
<i>Concretizada em ações</i> <i>Dar esperança às crianças</i> <i>Dar alternativas</i> <i>Fé no que cada um pode oferecer</i> <i>Futuro</i> <i>Mensagem de esperança</i>	Esperança				Decisão	<i>Decisão</i> <i>Dúvida</i> <i>“Ligando os pontos”</i>
<i>Coragem, valentia</i> <i>Paciência</i> <i>Risco pessoal</i> <i>Ser tolerante</i>	Fortaleza	Virtudes morais	Unidade das virtudes	<i>Phronesis</i> ou sabedoria prática		<i>Atender</i> <i>Conhecer</i> <i>Convívio</i> <i>Convive com os problemas</i> <i>Comunicação</i> <i>Escutar</i> <i>Jeito de chegar</i> <i>“Jogo de cintura”</i> <i>Orientar</i> <i>Sabedoria</i> <i>Testemunho pessoal</i> <i>Transmitir</i> <i>Viver</i>
<i>Ajudar</i> <i>Conciliar</i> <i>Cuidar</i> <i>Gratidão</i> <i>Indignação</i> <i>Obrigação</i> <i>Respeito</i>	Justiça				Ação	
<i>Aceitar</i> <i>Generosidade</i> <i>Humildade</i> <i>Ceder</i> <i>Trabalho em grupo</i>	Temperança					

A observação das práticas cotidianas e as entrevistas aos voluntários, além da pesquisa documental, permitiram reunir temas que descrevem virtudes de voluntários, as quais foram analisadas por minicaso e depois conjuntamente. Procurou-se manter os significados dos relatos atribuídos pelos próprios respondentes para construir essa base de evidências (Gioia et al., 2013), a partir da qual os pesquisadores interpretam os achados à luz da ética das virtudes. Entende-se que, nesse processo, os pesquisadores reconhecem virtudes (Newstead et al., 2018).

Os participantes foram informados dos objetivos e métodos da pesquisa e que poderiam desistir de participar da pesquisa a qualquer tempo. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da universidade de filiação dos participantes. Os nomes das organizações e dos participantes foram omitidos para garantir a privacidade e o anonimato dos envolvidos.

Uma temática emergente foi o posicionamento religioso da organização, para o qual os relatos revelaram um problema saliente sobre a identidade organizacional. A apresentação dos resultados, a seguir, provém de uma narrativa construída a partir da análise cruzada dos minicasos,

com pequenos trechos de dados articulados, como sugerido por Stake (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Reúnem-se nesta seção as principais evidências encontradas. Sobre o contexto das organizações, cabe destacar que Brasil e Espanha possuem legislação distinta em relação ao aborto. O Brasil possui legislação restritiva para o aborto (como crime), salvo exceções de impunibilidade (Ames, Serafim, Zappellini, & Colonetti, 2021), enquanto na Espanha o aborto está descriminalizado até a 14ª semana de gestação (Chaqués-Bonafont et al., 2015), o que provoca mudanças nas estratégias de organizações pró-vida (Hussey, 2014).

Um ponto em comum entre as quatro organizações é que seus fundadores têm trajetória profissional na área da saúde (medicina e enfermagem), influenciando o tipo de ajuda prestada: orientação para a saúde e nutrição, aconselhamento psicológico e consulta médica. A Tabela 3 sintetiza informações sobre ano de fundação, objetivos, posicionamento religioso, principais práticas das organizações e número de voluntários.

Tabela 3. Principais características das organizações estudadas.

Caso	Ano de fundação	Principais objetivos	Base religiosa	Principais práticas	N.º vol. Local/nacional
C1	1987	Assistência a gestantes de comunidades carentes, por meio de orientação, oficinas, doação de alimentos e kit enxoval.	Ecumênica, pluralista	Acolhimento semanal, oficinas de tricô, palestras de orientação e doação de materiais.	10
C2	1983	Reduzir os índices de mortalidade infantil e de desnutrição; o desenvolvimento das crianças, desde a gestação até os seis anos, orientação às gestantes e mística cristã.	Base católica e ecumênica (aberta para as religiões)	Visitas domiciliares às famílias; encontros de celebração, reflexão e capacitação. Acolhimento e orientações.	30/+160 mil
C3	1977	Defender a vida, desde a concepção até a morte natural; apoio médico, psicológico e com materiais para a gestante e à maternidade.	Base católica; <i>pluriconfessional</i> (aberta para as religiões)	Serviços e orientação a gestantes; doação de materiais para a maternidade. Auxílio domiciliar a idosos e orientação a jovens.	13
C4	2007	Oferecer serviços de apoio à maternidade; ajudar as gestantes, defendendo a vida e a mulher.	<i>Aconfessional</i> , aberta para todas as crenças.	Orientação médica, psicológica e jurídica; auxílio com materiais; difusão de informação; defesa de direitos de gestantes e crianças.	10/+1500

As organizações brasileiras ajudam por vias de assistência social e com informação, enquanto as espanholas adicionam serviços médicos. C1 atua apenas via alcance individual e as demais também disseminam informações, conforme o formato do movimento pró-vida de alcance público (Munson, 2018). Trata-se de um voluntariado formal (Gonçalves et al., 2017), mas cada qual possui uma rede de apoio de voluntários informais (Carlsen et al., 2021). Todas atendem gestantes em local fixo ou ainda as visitam na comunidade (caso C2), mas apenas as organizações espanholas estabeleceram serviços de suporte às gestantes em dúvida quanto à gestação, por meio de linhas telefônicas 24 horas e serviço de apoio psicológico.

Duas organizações se embasam nos preceitos da Igreja Católica, mas se assumem ecumênica (C2) e *pluriconfessional*, ou aberta às religiões (C3), tendo uma religiosidade institucionalizada (Faúndes, 2015). Outra se caracteriza como aberta a todas as religiões (C1) e a última se diz *aconfessional* (neutra ou indiferente a qualquer doutrina) (C4), tratando-se de um posicionamento organizacional desassociado de religião (Faúndes, 2015), justificado como meio de adequar-se a um público de gestantes culturalmente diverso, proveniente de vários países.

Com relação às expressões de virtudes de voluntários, apresentamos uma articulação narrativa daquilo que se depreendeu como sendo a perspectiva dos voluntários.

Sobre as motivações, os aspectos que norteiam esse voluntariado ao longo do tempo são: “ajudar as gestantes em necessidade” [C1001], a responsabilidade pelo “ser humano, a pessoa que preciso ajudar” [C2004], “não só como enfermeira, mas como pessoa” [C4001]. Em um dos

casos não assumem uma postura antiaborto, mas sim a favor das mulheres: “ajudar a mulher, todos ajudam efetivamente” [C4002]. A motivação inicial para alguns foi “trabalhar com crianças” [C2002], enquanto para outros “o que nos une é a vida, cada vida... porque cada uma é importante” [C3002]. Para os que assumem funções de coordenação ou liderança, “a alma é manter a chama acesa” [C2002], “tenho um compromisso muito maior do que o institucional” [C2007]. Além disso, o convite para ingressar no voluntariado veio geralmente de amigos que participavam. De forma geral, esses aspectos se conectam com a defesa e a cultura da vida e o propósito de servir, o que se dá mediante ajuda a gestantes. Tais achados ilustram a dimensão moral da motivação de voluntários (Taylor-Collins et al., 2019).

A relação “prudência e virtudes morais” ou da “unidade das virtudes”

eticamente, motivações ou ‘fins’ são adequadamente alcançados se realizados por ‘meios’ adequados, o que envolve, por sua vez, deliberar e escolher meios. Assim, se as motivações (indicadas pelas virtudes) e a *phronesis* estão juntas, os voluntários desenvolvem sua identidade moral (caráter) e suas ações se consolidam em hábitos (Taylor-Collins et al., 2019). Suas atitudes e os exemplos de líderes contribuem para cultivar virtudes. Temperança, fortaleza, justiça, prudência e esperança são evidenciadas, bem como algumas inter-relações entre elas, corroborando o pressuposto da unidade das virtudes. A seguir, articulamos evidências dessa relação. A Figura 1 sintetiza os principais achados.

<ul style="list-style-type: none"> Evidências da relação <i>phronesis</i>-virtudes morais 	<ul style="list-style-type: none"> Temperança e prudência: saber quando julgar e não julgar; aceitar, moderar o temperamento, ser humilde. Esperança e prudência: ajudar as gestantes a vislumbrar um futuro e prioridades claras, contribuindo para o seu <i>foresight</i> – dar alternativas de futuros possíveis para a maternidade.
<ul style="list-style-type: none"> Pouca evidência da relação <i>phronesis</i>-virtudes morais 	<ul style="list-style-type: none"> Fortaleza: coragem para assumir princípios e valores pró-vida, para se inserir na comunidade e correr riscos pessoais; paciência e tolerância. Justiça: responder às injustiças sociais ou legais percebidas; melhorar o tratamento entre voluntários e relacionamentos interpessoais.

Figura 1. Unidade das virtudes ou a relação entre *phronesis* e virtudes morais.

A unidade das virtudes é percebida como a interdependência entre virtudes morais e a virtude intelectual da *phronesis* (Sison & Ferrero, 2015; Zyl, 2019), o que não quer dizer que as ações sejam perfeitas em todas as ocasiões, ou que alguém não possa cometer erros, mas sim que essas disposições do caráter são cultivadas e buscadas pelos voluntários, manifestando-se em diferentes graus. Por exemplo, embora se tenha encontrado pequena evidência da relação entre *phronesis* e fortaleza, esta virtude moral poderia explicar a continuidade do engajamento de voluntários ao longo do tempo.

A prudência se mostrou essencial para saber como abordar mulheres, saber orientar voluntários, saber ouvir e compreender o contexto comunitário e relacional. As evidências que sugerem a relação entre virtudes morais e *phronesis* revelam que o serviço voluntário contribui para se adquirir temperança, coragem e sabedoria prática. Apoiar e ajudar gestantes se revelou importante para a *eudaimonia* (florescimento humano) dos voluntários, os quais encontram sentido no voluntariado.

Temperança e *phronesis*

A temperança tem relação com o que os voluntários disseram sobre “relevar muita coisa” [C1005] e ter “jogo de cintura”, compreensão para com as pessoas, em seu temperamento e estado emocional, o que vale para seu autoconhecimento. O autodomínio, para lidar com opiniões e o comportamento alheio (“tem dias que as pessoas chegam cuspidando fogo”, referência à líder da organização [C1004]), possibilita que um voluntário não seja afetado negativamente pelo contexto, compreendendo as emoções e circunstância dos outros.

O autodomínio é importante também para conhecer algumas duras realidades e situações de vulnerabilidades em que vivem algumas famílias, e conseguir ajudá-las, sem se sensibilizar em excesso pelas condições percebidas, especialmente para as práticas proativas de voluntários na comunidade. Na C2, busca-se ajudar na resolução do problema, mas “sem trazer a bagagem emocional” para casa [C2005].

Os voluntários também revelam a necessidade de se ter o cuidado de conter o julgamento em momentos de contato com gestantes e comunidades. Para ganhar a confiança de uma gestante ou família, é preciso ouvir e estar aberto a entender, sem fazer julgamentos, ou seja, não julgar em certos momentos. O julgamento é um dos atos da prudência (Aquino, 2014; Ferrero et al., 2020) e a temperança pode ajudar a contê-lo enquanto o ato de ajudar está se realizando. Dominar o impulso de falar, controlar serenamente as expressões de opinião, moderar as palavras, são meios importantes para conseguir ajudar as gestantes que estão passando por uma situação difícil, ou que não sabem se terão condições de criar o filho. A temperança pode ajudar a se ter mais sensibilidade (Morales-Sanchez & Cabello-Medina, 2013) para interagir com gestantes, saber se aproximar, respeitar e não fazer pré-julgamentos, para a família confiar e receber o voluntário ao longo do crescimento da criança, segundo C2001. Na C2, orienta-se a “falar com jeito” sobre as situações mais delicadas, para não magoar os membros familiares. O autodomínio bem cultivado pode ajudar a relevar os excessos ou faltas de outras pessoas, e até reconhecer que talvez aquela pessoa esteja precisando de ajuda, e assim a razão consegue entender melhor a proporção de uma atitude específica.

Fortaleza ou coragem

A fortaleza, coragem ou valentia consolidou-se como uma virtude comum para voluntários em diferentes organizações. Ela contribui para que as motivações da defesa da vida e a proteção de gestantes e nascituros sejam colocadas em prática, especialmente num contexto de muita crítica aos preceitos religiosos desse voluntariado (Faúndes, 2015). Pode-se dizer que é preciso ter coragem para ser pró-vida, “valentia, porque isso vai contra a sociedade, contra a sociedade como está hoje” [C4002].

Os voluntários procuram acompanhar as dinâmicas e mudanças políticas e legais de seu contexto (Hussey, 2014) e certamente têm condições mais satisfatórias de saber como atuar diante de cenários desafiadores, bem como a partir de que momento se deveria promover alguma modificação

nesse sentido (Munson, 2018). E qualquer modificação que toca valores, propósito e estratégias de uma organização demanda da prudência para fazer ajustes, compreender o contexto e ponderar modificações (Chu & Moore, 2020).

A fortaleza está presente em outras situações do serviço voluntário. Ela está relacionada com a disposição para lutar, a boa vontade de enfrentar os problemas, ter coragem para atuar em contextos que envolvem risco pessoal, em que, mesmo com medo, consegue-se realizar o trabalho. Às vezes é preciso persistir, ter fortaleza para se manter firme quando se sabe que “o certo é o certo” [C1002]. Os voluntários disseram que precisam ser fortes para continuar, pois às vezes “a família não apoia a gente em ajudar os outros; ou é o marido, ou é a neta”, a família gostaria que a avó deixasse de ser voluntária [C2003]. Em outras situações, os voluntários se veem julgados pela sociedade, e é preciso “não dar ouvidos [porque] a gente é julgado” [C2004]. A fortaleza também é necessária para aqueles que defendem o direito à vida de bebês que venham a ter alguma deficiência física. Como mencionado na organização C3, “a capacidade de resiliência pode ajudar a construir uma sociedade mais inclusiva com aqueles que têm algum impedimento”. A coragem foi lembrada pelos voluntários das diferentes organizações, mas especialmente em contextos que significam ir “contra a corrente”, ou seja, contra a opinião pública ou contrariando ações e políticas públicas que descriminalizam o aborto (Álvarez & Mosquera, 2017), algo encontrado na participação voluntária de alcance público no contexto espanhol (Munson, 2018).

Justiça e voluntariado pró-vida

Além de a justiça ser percebida nas relações com os outros, ela também se manifesta diante de um problema com a lei, ou por ser considerada injusta, ou por não se ajustar ao caso particular (Aristóteles, 2009). Voluntários brasileiros consideram injusta a situação de vulnerabilidade socioeconômica de gestantes e a assistência debilitada por parte do poder público, num cenário de miséria e desnutrição ainda presentes. Entendem que seu engajamento consegue “chegar aonde o poder público não chega” [C2002], oferecendo acolhimento e cuidado. Diferentemente, no contexto espanhol se sobressai a percepção da lei de descriminalização do aborto como injusta. Em comum entre os dois contextos é a percepção de injustiça quando se nega a dignidade do embrião/feto em desenvolvimento, mas enquanto no Brasil as gestantes recebem ajuda para optar pela gestação, na Espanha vai-se além e tenta-se aconselhar gestantes que estão em dúvida ou pensam em abortar. Os voluntários de ambos os contextos reconhecem, com base na experiência e na realidade, que tudo começa com a ajuda às mulheres. Uma das implicações mais importantes disso para o voluntário pró-vida e pró-escolha é que a “ajuda às

mulheres” e a “defesa da vida desde a concepção” são razões para agir interdependentes. Um exemplo simples é que, para a criança nascer com saúde, “a mãe precisa se alimentar bem” [C1001], justificando a doação de alimentos às mulheres. Por outro lado, a forma de abordar gestantes pode se tornar injusta se o respeito à escolha da gestante for negligenciado, o que requer sensibilidade moral (Morales-Sanchez & Cabello-Medina, 2013).

Além de respeito, a justiça está associada com ajudar, conciliar, cuidar, gratidão e cumprir com o combinado, nas relações. Alguns problemas que ocorreram com as equipes revelam descontentamento com situações que pareceram injustas na perspectiva dos voluntários. Houve uma percepção de injustiça quando uma decisão foi tomada sem a consulta às pessoas responsáveis: com a chegada de uma nova voluntária, algumas tarefas de C1005 foram retiradas e passadas para outra voluntária [C1004], sem aviso ou conversa prévia, o que foi considerado injusto e se desdobrou para um conflito. Em outra situação, a escolha da coordenadora em C2 não incluiu as voluntárias que poderiam ao menos se candidatar para participar da escolha, mas em vez disso, a pessoa foi escolhida por um guia de organização religiosa da região, e não teve participação, algo crucial no voluntariado (Binder, 2020), o que gerou uma dificuldade na coordenação das atividades. A voluntária teve que ir gradativamente construindo confiança e retomando o diálogo. A percepção de injustiça decorrente de diferenças de tratamento é complexa, pois depende da perspectiva de cada um e da atenção para os outros. Recuperar algumas virtudes morais e cívicas poderia reequilibrar relacionamentos e aprimorar a participação (Taylor-Collins et al., 2019).

Prudência ou sabedoria prática

Do campo emergiu a expressão “o discernimento de ver e fazer” [C2005], a qual parece adequada para introduzir as evidências da *phronesis*. Os voluntários exercem a sabedoria prática para atuar em algumas situações, mas especialmente para compreender o contexto de ação. A orientação para “entender o contexto ou ambiente de atuação é seguir o bom senso e o coração” [C2003], porque às vezes as situações demandam decisões rápidas.

“É necessário uma habilidade, sensibilidade de agir no momento certo. Tem que ter presença de espírito. Especialmente na perspectiva das líderes, que vão até a comunidade. O que fazer em situações difíceis? ... Exemplo: o que fazer quando uma criança foi espancada? Chamar conselho tutelar. Fez a visita e viu que só tem água na geladeira, como orientar? O pai abusa das crianças ou o marido bateu na mulher. Envolve um saber como proceder e encaminhar para o setor público” [C2002].

A compreensão do contexto de ação sugere um suporte da *phronesis* em duas situações. A primeira se refere ao contexto relacional nas interações entre voluntários e coordenadores e voluntários e gestantes. C2002, por exemplo, descreve como conduz a situação até resolver um problema de relacionamento ao ir “entendendo os fatos, ouvindo as partes e ligando os pontos”. A segunda forma se refere a entender o contexto social durante as visitas domiciliares e durante as primeiras conversas com as gestantes. Pois pode haver conflito, submissão, violência e outros problemas afetando as famílias e, para se captar o que acontece de fato, é preciso ter essa sabedoria de saber chegar, ser temperante, ir conhecendo e orientando gradativamente.

Para os voluntários, o contato com a realidade social das famílias promove a aprendizagem (Mateiu-Vescan et al., 2021), como o fortalecimento de virtudes. Na comunidade, “você sente, convive com os problemas, é diferente” [C2002]. O trabalho voluntário vivido na comunidade permite vivenciar os dramas das famílias e mulheres, porque são conhecidos aspectos do contexto e se conversa sobre a situação de cada uma. Os voluntários se beneficiam (Mateiu-Vescan et al., 2021): “Você escuta aquelas histórias, você volta outra, teus problemas não são nada. Você é ajudada!” [C2002]; “A gente se apegava ao que faz. Bom para mim e para quem recebe” [C1003]; é “um ótimo remédio. Comecei a me doar” [C1005]. O encontro com uma realidade ou problema maior ajuda a dar o senso de proporções correto para eles.

A prudência parece contribuir na orientação de gestantes, especialmente diante das incertezas e dúvidas sobre o que fazer, quando cogitam sobre continuar ou não com a gestação, situações em que gestantes se sentem inseguras e podem estar sozinhas, sem apoio. Segundo voluntários espanhóis, há relatos de gestantes que tomaram a decisão pelo aborto precipitadamente e, depois, arrependeram-se. Ter consciência da situação é percebido como necessário: “Dois caminhos: desafiar a consciência ou não tê-la” [C3002].

Apoiando-se em conhecimento científico sobre a gestação e sobre o aborto, os voluntários buscam informar e orientar gestantes que estão em dúvida, ou que são muito jovens e não conhecem os procedimentos, os riscos, as possibilidades, as oportunidades de ajuda, enfim, caminhos alternativos para a continuidade da gestação. Porém, a forma como isso é feito é importante, deve ser orientadora e não impositiva, levando em conta os fins bons alcançáveis pelas pessoas envolvidas. Prudência é a disposição prática para agir com base na realidade da vida humana e, neste caso específico, com base na realidade do aborto, como também é a disposição para ajudar a quem sofre esse drama a encontrar alternativas, dando esperança ao mostrar alternativas e

ajudando as gestantes a visualizar com maior clareza quais são as prioridades (*telos*) de sua vida.

O ato de julgamento da prudência: julgar e não julgar

Os voluntários, a partir de sua sensibilidade e vivência dos problemas, agem com sabedoria (prudência) a partir da intuição do que é o melhor a se fazer em dada circunstância. Os voluntários da C2 sugerem uma forma de compreensão de o que fazer em determinado contexto muito mais por uma via intuitiva do que pela deliberação racional; há momentos em que não julgar pode ser mais relevante do que julgar, pois como visto, as pessoas estão frequentemente julgando condições, razões alegadas e outras pessoas. Os problemas sociais presentes em comunidades e o drama de se estar grávida sem saber o que fazer são questões que acentuam a vulnerabilidade, e cabe aos voluntários ajudar e não julgar as condições e atos por um momento, para conseguir de fato orientar as pessoas, preservando sua dignidade e liberdade. Isso significa conter o julgamento, com a ajuda da temperança, para que seja expresso em momento oportuno para o bem da gestante.

Parte dos voluntários comentou haver momentos em que se deve adotar uma postura de não julgamento, enquanto contavam sobre casos de gestantes ou famílias atendidas, em que, antes de orientar ou aconselhar, devia-se estar aberto a ouvir, escutar atentamente e captar a realidade sobre a gestante ou família. O não julgamento foi importante também para voluntários que visitam famílias na comunidade atendida pela C2, os quais diziam que é preciso saber “o jeito de chegar” [C2002], ou seja, a forma de iniciar o contato e abordar os problemas da família, pois os voluntários proativamente vão até elas e acabam por conhecer como vivem, como pais e filhos e casais se relacionam, como é a vida na comunidade. Para conseguir esse entendimento, era preciso conter o julgamento em alguns momentos, no sentido de não sair criticando condutas, apontando problemas, e, ao contrário, entender para depois orientar. É com base nesse ‘saber como abordar’ (meio prudencial) que se estabelece uma relação de confiança entre voluntários e beneficiadas (Mateiu-Vescan et al., 2021), de modo que as pessoas entendem que as voluntárias estão com a intenção de ajudar. Perguntada sobre como ser voluntária e o que mudou desde que passou a ser uma, C4001 responde: “Paciência, empatia, compreensão para com as pessoas. ... [me possibilitou] conhecer mais o mundo, as dificuldades e realidade de outras pessoas, por exemplo, a situação de pessoas que se envolvem com prostituição. E outras tantas situações, situações difíceis para muitas mulheres e famílias. ... O que teríamos feito no lugar delas?” [C4001]

Embora algumas atividades sejam esporádicas, são percebidas como um sinal de que alguém se importa, algo reconhecido pelas comunidades, segundo voluntárias das quatro organizações. Nesse sentido, a voluntária C2006 disse: “A organização dá esperança para as crianças. Quando eles nos veem com a camiseta da C2, apontam o dedo ansiosos para a gente: ‘Olha, olha!’” [C2006].

As voluntárias relatam que há um respeito entre voluntários da C2 e pessoas envolvidas com tráfico de drogas, para que possam entrar nas comunidades e agir. Uma espécie de “trégua” de outros interesses, pelo bem das famílias. As comunidades mais vulneráveis reconhecem esse papel, segundo C2002.

A relação entre prudência e esperança

Considerando que voluntários pró-vida buscam ajudar gestantes e mostrar alternativas, quando estão com muitas dúvidas sobre a gestação e o aborto, eles orientam gestantes em um momento em que uma dimensão relacionada à prudência – *foresight* ou previdência (Aquino, 2014) – está confusa, ou seja, em um momento em que as mulheres têm dificuldade em antever a significância da gestação, da maternidade e do laço com o bebê. Quando alguém já tem uma experiência/vivência passada, pode recobrar com a memória essa vivência para decidir. Isso tem a ver com um bom entendimento retrospectivo – *hindsight* – da experiência vivida, um entendimento reflexivo de mulheres nessa situação (p. ex.: Avalos, 1999). Eles revelam que as mulheres que fizeram aborto vivenciaram uma ambivalência, um conflito, ‘razão e coração’ (Kimport, 2012), em sua narrativa de vida, em que o aborto é difícil de harmonizar à sua biografia constitutiva.

Nessa linha, ao mostrar alternativas e ajudar a vislumbrar o futuro – *foresight* – por meio de uma ordenação ao fim bom, indicado pela esperança, entendida como a disposição para estabelecer prioridades claras (Milona, 2020), a orientação e a ajuda de voluntários possibilitam que as gestantes vivenciem uma escolha um pouco mais prudente. A experiência de voluntários, que tem raízes na tradição de sua comunidade, ajuda as gestantes a ter uma visão ordenada do futuro e da vida. Em uma situação de grande dúvida e incerteza, ou insegurança sobre o futuro, as pessoas podem se ver incapacitadas de fazer um juízo adequado da realidade e visualizar um futuro possível, precisando da ajuda de alguém com disposição para ajudar a discernir e a ordenar as prioridades. A restituição dessa capacidade, com a ajuda de voluntários que atuam na ajuda e proteção de gestantes, pode ser uma forma de excelência de valor incomensurável para a comunidade.

Discussão, limitações e pesquisas futuras

O voluntariado pró-vida é permeado por motivações ou razões para agir por meio de iniciativas pró-vida. A perspectiva dos voluntários revela motivações altruístas para ajudar e dar esperança (Cavalcante et al., 2015), e ao mesmo tempo está associada à busca por ser uma pessoa melhor (Mateiu-Vescan et al., 2021), do ponto de vista moral (ser paciente, corajoso, ter bom senso). A justiça se conecta às razões para ser pró-vida, bem como no desejo por receber respeito nos relacionamentos e ser considerado na organização (motivação extrínseca, segundo Guillén et al., 2015). Para isso, a *phronesis* se mostrou crucial para a ação voluntária.

Os objetivos e serviços oferecidos pelas organizações acomodam crenças e valores de voluntários, mas passam por uma atenção de sua imagem pública sobre o posicionamento religioso. Como este estudo focou em casos múltiplos, em nível individual, futuras pesquisas podem abordar a relação prática-instituições, na perspectiva macintyreana, a fim de explorar questões como a religiosidade. Organizações que lidam com questões éticas salientes, como as organizações pró-vida e pró-escolha, são um contexto promissor para o estudo da religião e espiritualidade nas organizações.

O artigo apoia-se na perspectiva da ética das virtudes neoaristotélica (Guillén et al., 2015; Sison & Ferrero, 2015) para abordar empiricamente como voluntários pró-vida cultivam virtudes, encontrando como julgamento e ações, baseados na *phronesis*, são conectados com influências morais (Puckering, 2015) fundadas na coragem, temperança, justiça e esperança. O estudo sugere a relação entre as virtudes morais da temperança e da esperança com a *phronesis*, em linha com o pressuposto da unidade de virtudes (Sison & Ferrero, 2015; Zyl, 2019), como um ideal para ser voluntário. Ele exemplifica a disposição para atuar ‘contra a corrente’, o que demanda coragem e prudência, especialmente em contextos adversos e incertos. O conhecer, primeiramente, para depois conviver, orientar e transmitir, podem ser vistos como etapas do agir do voluntariado pró-vida, o qual busca simultaneamente ajudar mulheres e defender a vida.

Em termos teóricos, este artigo oferece evidências de que contextos diferentes, considerando a legislação sobre o aborto, podem revelar virtudes semelhantes, ao aprofundar-se em casos do contexto brasileiro e espanhol à luz da ética das virtudes. Ambos demandam a sabedoria prática para compreender o contexto. Embora as situações enfrentadas possam ser diferentes, assim como são distintos os serviços prestados e as formas de atuação pró-vida (alcance individual e fluxo público) (Munson, 2018), os atributos do caráter percebidos como necessários – coragem, justiça, bom senso – são semelhantes. Entre as diferenças, por sua vez, há maior especialização nos serviços prestados na Espanha, além de

um dos casos organizacionais adotar posição desassociada da religião.

Entre as limitações, há as decorrentes das escolhas metodológicas e contextuais, como resultados pouco generalizáveis, relato conjunto dos casos e idiomas envolvidos. Para estudos futuros, sugerem-se estratégias qualitativas e indutivas, utilizando-se métodos como *grounded theory* e métodos interativos entre teoria e dados, como o *flexible pattern matching* (Bouncken, Qiu, Sinkovics, & Kürsten, 2021).

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou a ética das virtudes como possibilidade teórica para o estudo da ética em administração. Sugeriu-se a relação entre virtudes morais e *phronesis* como características da conduta de voluntários. Apesar das diferenças contextuais, para tornar-se um voluntário pró-vida é importante desenvolver hábitos de coragem, temperança, prudência (*phronesis*) e esperança. Além de questões relacionais que demandam justiça, o julgamento, em alguns momentos, deve ser moderado, frente a aspectos circunstanciais das gestantes, para conseguir melhor ajudá-las, o que destaca a importância da relação entre temperança e *phronesis*.

Ao debate da administração contemporânea, o artigo evidencia que, para entendermos questões morais, é necessário considerarmos uma perspectiva ética aberta à deliberação, plural em possibilidades de soluções aos problemas e que pressupõe uma antropologia não redutivista do ser humano, para o que propusemos a ética das virtudes neoaristotélica.

Adotou-se o estudo de casos múltiplos, com o intuito de investigar duas organizações brasileiras e duas espanholas, dentro das quais os voluntários foram considerados

minicase. Os resultados ilustram o pressuposto da unidade das virtudes ao evidenciarem a relação entre a *phronesis*, a temperança (autodomínio) e a esperança, diante de situações em que se deveria saber como abordar famílias e saber os momentos de não julgar. A previdência ou *foresight*, um elemento componente da *phronesis*, foi fundamental para que voluntários pudessem ajudar as gestantes a estabelecer prioridades em suas escolhas e vislumbrar de forma mais clara as dificuldades e desdobramentos futuros. Além disso, a sabedoria prática ou *phronesis* aparece como relevante para lidar com questões do contexto relacional e cultural, como a pluralidade religiosa.

Temperança e fortaleza foram requeridas para atuar em situações que demandam paciência e disposição para relacionar-se e ouvir. A coragem se mostrou importante para voluntários participarem de organizações e assumirem seus valores frente à comunidade. A justiça, por sua vez, promove o engajamento e é requisitada em situações injustas percebidas no relacionamento interno. A prudência permitiu especialmente compreender o contexto de ação e tomar decisões para encontrar a melhor maneira de ajudar e defender a vida. Essas virtudes permitem que voluntários consigam apresentar alternativas às gestantes, auxiliando na projeção de um futuro possível para a gestação e a maternidade, gerando esperança a partir de prioridades aclaradas.

Considerando as limitações percebidas, estudos futuros podem articular virtudes morais e intelectuais às virtudes cívicas do voluntariado, para compreender o seu papel conjunto, para voluntários, organizações e sociedade. A disposição moral de voluntários pode contribuir para o entendimento da dedicação ao longo do tempo, como aprendem e como fortalecem laços. Além de motivações, as concepções de *eudaimonia* e bem comum podem ser articuladas ao voluntariado.

REFERÊNCIAS

- Akrivou, K., & Scalzo, H. (2020). In search of a fitting moral psychology for practical wisdom: Exploring a missing link in virtuous management. *Business Ethics: A European Review*, 29(S1), 33-44. <https://doi.org/10.1111/beer.12295>
- Albareda, L., & Sison, A. J. G. (2020). Commons organizing: Embedding common good and institutions for collective action. Insights from ethics and economics. *Journal of Business Ethics*, 166, 727-743. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04580-8>
- Álvarez, A. A., & Mosquera, N. P. (2017). Políticas de salud sexual y reproductiva en España: Contramovimientos y marcos interpretativos en conflicto. *Revista Española de Sociología*, 26(3-SUP), 59-76. <https://doi.org/10.22325/fes/res.2017.35>
- Alzola, M., Hennig, A., & Romar, E. (2020). Thematic symposium editorial: Virtue ethics between east and west. *Journal of Business Ethics*, 165, 177-189. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04317-2>

- Ames, M. C. F. D. C. (2020). *Proteção à vida de bebês e gestantes: Formação da agenda brasileira e experiências de organizações voluntárias à luz da ética das virtudes* (Doctoral dissertation). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil.
- Ames, M. C. F. D. C., & Serafim, M. C. (2019). Ensino-aprendizagem da sabedoria prática (phronesis) em Administração: Uma revisão sistemática. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(4), 564-586. <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180301>
- Ames, M. C. F. D. C., Serafim, M. C., & Martins, F. F. (2021). Análise de escalas e medidas de virtudes morais: Uma revisão sistemática. *Revista de Administração Contemporânea*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022190379.por>
- Ames, M. C. F. D. C., Serafim, M. C., & Zappellini, M. B. (2020). Phronesis in administration and organizations: A literature review and future research agenda. *Business Ethics: A European Review*, 29(S1), 65-83. <https://doi.org/10.1111/beer.12296>
- Ames, M. C. F. D. C., Serafim, M. C., Zappellini, M. B., & Colonetti, A. (2021). Dinâmicas da agenda do aborto no Senado Federal: de 1988 a outubro de 2020. *Cadernos Ebape.Br*, 19(Spe), 656-674. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200126>
- Anscombe, G. E. M. (1958). Modern moral philosophy. *Philosophy*, 33(124), 1-19. <https://doi.org/10.1017/S0031819100037943>
- Aquino, T. D. (2014). *A prudência: A virtude da decisão certa* (2 ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Aristóteles (2009). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Atlas.
- Avalos, L. (1999). Hindsight and the abortion experience: What abortion means to women years later. *Gender Issues*, 17(2), 35-57. <https://doi.org/10.1007/s12147-999-0014-8>
- Avanza, M. (2020). Using a feminist paradigm (intersectionality) to study conservatism women: The case of pro-life activists in Italy. *Politics & Gender*, 16(2), 552-580. <https://doi.org/10.1017/S1743923X18001034>
- Bachmann, C., Habisch, A., & Dierksmeier, C. (2018). Practical wisdom: Management's no longer forgotten virtue. *Journal of Business Ethics*, 153, 147-165. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3417-y>
- Bernacchio, C., & Couch, R. (2015). The virtue of participatory governance: A MacIntyrean alternative to shareholder maximization. *Business Ethics: European Review*, 24(S2), S130-S143. <https://doi.org/10.1111/beer.12101>
- Bessone, P. G. (2017). Catholic church and transnational networks of anti-abortion activism: Bioethics and political uses of the memory of Holocaust. *Religación*, 2(8), 126-142. Retrieved from <https://revista.religacion.com/index.php/religacion/article/view/116>
- Binder, M. (2020). (Home)schools of democracy? On the intergenerational transmission of civic engagement. *Social Indicators Research*, 149, 911-945. <https://doi.org/10.1007/s11205-020-02278-y>
- Bouncken, R. B., Qiu, Y., Sinkovics, N., & Kürsten, W. (2021). Qualitative research: Extending the range with flexible pattern matching. *Review of Managerial Science*, 15, 251-273. <https://doi.org/10.1007/s11846-021-00451-2>
- Carlsen, H. B., Toubøl, J., & Brincker, B. (2021). On solidarity and volunteering during the COVID-19 crisis in Denmark: The impact of social networks and social media groups on the distribution of support. *European Societies*, 23(Sup1), S122-S140. <https://doi.org/10.1080/14616696.2020.1818270>
- Cavalcante, C. E., Souza, W. J. & Mól, A. L. R. (2015). Motivação de voluntários: Proposição de um modelo teórico. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(1), 124-156. <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n1p124-156>
- Chaqués-Bonafont, L., Palau, A. M., & Baumgartner, F. R. (2015). *Agenda dynamics in Spain*. New York: Palgrave Macmillan.
- Chu, I., & Moore, G. (2020). From harmony to conflict: MacIntyrean virtue ethics in a Confucian tradition. *Journal of Business Ethics*, 165, 221-239. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04305-6>
- Darnell, C., Gulliford, L., Kristjánsson, K., & Paris, P. (2019). Phronesis and the knowledge-action gap in moral psychology and moral education: A new synthesis? *Human Development*, 62(3), 101-129. <https://doi.org/10.1159/000496136>
- Dekker, P., & Halman, L. (2003). *The values of volunteering: Cross-cultural perspectives*. Boston, MA: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4615-0145-9>
- Demuijnck, G. (2015). Universal values and virtues in management versus cross-cultural moral relativism: An educational strategy to clear the ground for business ethics. *Journal of Business Ethics*, 128, 817-835. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2065-3>
- Dreesbach-Bundy, S., & Scheck, B. (2017). Corporate volunteering: A bibliometric analysis from 1990 to 2015. *Business Ethics, the Environment and Responsibility*, 26(3), 240-256. <https://doi.org/10.1111/beer.12148>
- Época Negócios (2022, February 19). *Voluntários se solidarizam e ajudam população de Petrópolis*. Retrieved from <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/02/voluntarios-se-solidarizam-e-ajudam-populacao-de-petropolis.html>
- Estado de Minas (2022, February 27). *Polônia abre os braços aos refugiados ucranianos*. Retrieved from https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/02/27/interna_internacional,1348627/polonia-abre-os-bracos-aos-refugiados-ucranianos.shtml
- Faúndes, J. M. M. (2015). El desarrollo del activismo autodenominado "Pro-Vida" en Argentina, 1980-2014. *Revista Mexicana de Sociología*, 77(3), 407-435. Retrieved from <http://www.scielo.org.mx/pdf/rms/v77n3/v77n3a3.pdf>
- Ferrero, I., Rocchi, M., Pellegrini, M. M., & Reichert, E. (2020). Practical wisdom: A virtue for leaders. Bringing together Aquinas and authentic leadership. *Business Ethics, the Environment and Responsibility*, 29(S1), 84-98. <https://doi.org/10.1111/beer.12298>

- Ferrero, I., & Sison, A. (2014). A quantitative analysis of authors, schools and themes in virtue ethics articles in business ethics and management journals (1980–2011). *Business Ethics: A European Review*, 23(4), 375–400. <https://doi.org/10.1111/beer.12057>
- Gillan, K., & Pickerill, J. (2012). The difficult and hopeful ethics of research on, and with, social movements. *Social Movement Studies*, 11(2), 133–143. <https://doi.org/10.1080/14742837.2012.664890>
- Gioia, D. A., Corley, K. G., & Hamilton, A. L. (2013). Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. *Organizational Research Methods*, 16(1), 15–31. <https://doi.org/10.1177/1094428112452151>
- Guillén, M., Ferrero, I., & Hoffman, W. M. (2015). The neglected ethical and spiritual motivations in the workplace. *Journal of Business Ethics*, 128, 803–816. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1985-7>
- Gonçalves, T. D., Grzybovski, D., Mozzato, A. R., & Toebe, C. S. (2017). Contradições no agir do voluntário nas organizações da sociedade civil: Ensaio teórico à luz da sociologia pragmática francesa. *Cadernos EBAPÉ.BR*, 15(4), 900–913. <https://doi.org/10.1590/1679-395155047>
- Grant, P., Arjoon, S., & McGhee, P. (2018). In pursuit of Eudaimonia: How virtue ethics captures the self-understandings and roles of corporate directors. *Journal of Business Ethics*, 153, 389–406. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3432-z>
- Green, J. (2009). The deformation of professional formation: Managerial targets and the undermining of professional judgment. *Ethics & Social Welfare*, 3(2), 115–130. <https://doi.org/10.1080/17496530902951871>
- Hackett, R. D., & Wang, G. (2012). Virtues and leadership: An integrating conceptual framework founded in Aristotelian and Confucian perspectives on virtues. *Management Decision*, 50(5), 868–899. <https://doi.org/10.1108/00251741211227564>
- Hartman, E. M. (1998). The role of character in business ethics. *Business Ethics Quarterly*, 8(3), 547–559. <https://doi.org/10.2307/3857437>
- Hartman, E. M. (2008). Socratic questions and aristotelian answers: A virtue-based approach to business ethics. *Journal of Business Ethics*, 78(3), 313–328. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9337-5>
- Hartman, E. M. (2020). *Arriving where we started: Aristotle and business ethics*. Cham, Switzerland: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-44089-3>
- Hobuss, J. (2015). O que nos define? Aristóteles e a psicologia do agente moral. *Dissertatio*, 41, 305–322. <https://doi.org/10.15210/dissertatio.v41i0.8512>
- Hoof, S. V. (2014). *The handbook of virtue ethics*. Durham, UK: Acumen Publishing.
- Hurst, D. K. (2013). Practical wisdom: Reinventing organizations by rediscovering ourselves. *Management Research Review*, 36(8), 759–766. <https://doi.org/10.1108/MRR-11-2012-0256>
- Hussey, L. (2014). Political action versus personal action: Understanding social movements' pursuit of change through nongovernmental channels. *American Politics Research*, 42(3), 409–440. <https://doi.org/10.1177/1532673X13498620>
- Jacinto, E., & Ames, M. C. (2020). Tecnologia organizacional voltada a práxis: A sabedoria prática como norte para as ações eticamente acertadas nas organizações. In M. C. Serafim (Org.), *Virtudes e dilemas morais na Administração* (pp. 103–130). Florianópolis: AdmEthics.
- Kimport, K. (2012). (Mis)understanding abortion regret. *Symbolic Interaction*, 35(2), 105–122. <https://doi.org/10.1002/symb.11>
- Komenská, K. (2017). Moral motivation in humanitarian action. *Human Affairs*, 27(2), 145–154. <https://doi.org/10.1515/humaff-2017-0013>
- Koehn, D. (2020). How would Confucian virtue ethics for business differ from Aristotelian virtue ethics? *Journal of Business Ethics*, 165(2), 205–219. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04303-8>
- Kristjánsson, K. (2021). Collective phronesis in business ethics education and managerial practice: A NeoAristotelian analysis. *Journal of Business Ethics*. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04912-2>
- MacIntyre, A. (2007). *After virtue: A study in moral theory* (3rd ed.). Notre Dame, UK: University of Notre Dame Press.
- Martins, F. F., & Serafim, M. C. (2020). Virtude, finanças e caráter no contexto da ética empresarial: Uma revisão sistemática. *Revista Gestão e Planejamento*, 21, 698–714. <https://doi.org/10.21714/2178-8030gep.v.21.6634>
- Maxwell, C. J. C. (2002). *Pro-life activists in America: Meaning, motivation, and direct action*. New York: Cambridge University Press.
- Mateiu-Vescan, R., Ionescu, T., & Opre, A. (2021). Reconsidering volunteering: Individual change as a result of doing good for others. *Voluntas*, 32, 1213–1227. <https://doi.org/10.1007/s11266-020-00247-0>
- Melé, D., & Cantón, C. G. (2014). *Human foundations of management: Understanding the homo humanus*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Milona, M. (2020). Discovering the virtue of hope. *European Journal of Philosophy*, 28(3), 740–754. <https://doi.org/10.1111/ejop.12518>
- Montoro, A. J. G. (2019). Leading cases from Spanish constitutional court concerning the legal status of unborn human life. In P. Zambrano & W. Saunders (Eds.), *Unborn human life and fundamental rights: Leading constitutional cases under scrutiny* (pp. 83–114). Berlin: Peter Lang.
- Morales-Sanchez, R., & Cabello-Medina, C. (2013). The role of four moral competencies in ethical decision-making. *Journal of Business Ethics*, 116(4), 717–734. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1817-9>
- Morgan, J. (2017). The pro-life movement in Japan. *Society*, 54, 238–245. <https://doi.org/10.1007/s12115-017-0130-0>

- Morrell, K., & Brammer, S. (2016). Governance and virtue: The case of public order policing. *Journal of Business Ethics*, 136(2), 385–398. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2522-z>
- Munson, Z. W. (2018). *Abortion politics*. Medford, MA: Polity Press.
- Neves, J. C., & Melé, D. (2013). Managing ethically cultural diversity: Learning from Thomas Aquinas. *Journal of Business Ethics*, 116, 769–780. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1820-1>
- Nguyen, B., & Crossan, M. (2021). Characterinfused ethical decision making. *Journal of Business Ethics*. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04790-8>
- Newstead, T., Macklin, R., Dawkins, S., & Martin, A. (2018). What is virtue? Advancing the conceptualization of virtue to inform positive organizational inquiry. *Academy of Management Perspectives*, 32(4), 443–457. <https://doi.org/10.5465/amp.2016.0162>
- Pinto-Garay, J. (2019). Virtue ethics in business: Scale and scope. *Business and Society* 360 (Vol. 3, pp. 67–86). Bingley, UK: Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S2514-175920190000003003>
- Provis, C. (2010). Virtuous decision making for business ethics. *Journal of Business Ethics*, 91(1), 3–16. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0564-4>
- Puckering, J. E. (2015). *Volunteering in higher education: Gifts, virtues, or obligations?* (Doctoral Dissertation). Durham University, Durham, UK.
- Queiroz, R. M. C. (2015). Putting ethics and economic rationality together: An Aristotelian and philosophical approach. *Business Ethics: A European Review*, 24(3), 332–346. <https://doi.org/10.1111/beer.12077>
- Rämö, H. (2011). Visualizing the phronetic organization: The case of photographs in CSR reports. *Journal of Business Ethics*, 104(3), 371–387. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0916-8>
- Robin, D. P., & Reidenbach, R. E. (1987). Social responsibility, ethics, and marketing strategy: Closing the gap between concept and application. *Journal of Marketing*, 51(1), 44–58. <https://doi.org/10.1177/002224298705100104>
- Roca, E. (2007). Intuitive practical wisdom in organizational life. *Social Epistemology*, 21(2), 195–207. <https://doi.org/10.1080/02691720701393517>
- Santos, L. S., Serafim, M. C., Pinheiro, D. M., & Ames, M. C. F. D. C. (2019). Razão e administração: Revisitando alguns elementos fundamentais. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(1), 37–48. <https://doi.org/10.1590/1679-395169791>
- Sison, A., Beabout, G. R., & Ferrero, I. (2017). *Handbook of virtue ethics in business and management*. Dordrecht, Netherlands: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-6510-8>
- Sison, A. J. G., & Ferrero, I. (2015). How different is neo-Aristotelian virtue from positive organizational virtuousness? *Business Ethics: A European Review*, 24(S2), S78–S98. <https://doi.org/10.1111/beer.12099>
- Sison, A. J. G., Ferrero, I., & Guitián, G. (2018). *Business ethics: A virtue ethics and common good approach*. New York: Routledge.
- Sison, A. J. G., Ferrero, I., & Redín, D. M. (2020). Some virtue ethics implications from Aristotelian and Confucian perspectives on family and business. *Journal of Business Ethics*, 165(2), 241–254. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04307-4>
- Sison, A. J. G., & Hühn, N. (2018). Practical wisdom in corporate governance. In A. J. G. Sison, I. Ferrero, & G. Guitián (Eds.), *Business ethics: A virtue ethics and common good approach* (pp. 165–186). New York, NY: Routledge.
- Slote, M. (2001). *Morals from motives*. New York, NY: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/0195138376.001.0001>
- Solomon, R. C. (1992). Corporate roles, personal virtues: An Aristotelian approach to business ethics. *Business Ethics Quarterly*, 2(3), 317–339. <https://doi.org/10.2307/3857536>
- Stake, R. E. (2010). *Qualitative research: Studying how things work*. New York: The Guilford Press.
- Sterud, S. M. (2020). An ethics-of-care paradigm in opposition research: The tensions of studying a pro-life organization. *Rhetoric of Health & Medicine*, 3(4), 462–482. <https://doi.org/10.5744/rhm.2020.4007>
- Steyl, S. (2020). Aristotelian practical wisdom in business ethics: Two neglected components. *Journal of Business Ethics*, 163, 417–428. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-4040-x>
- Strang, K. D. (2015). *The Palgrave handbook of research design in business and management*. New York: Palgrave Macmillan.
- Studlar, D. T., & Burns, G. J. (2015). Toward the permissive society? Morality policy agendas and policy directions in Western democracies. *Policy Sciences*, 48(3), 273–291. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/44114817>
- Swanton, C. (2003). *Virtue ethics: A pluralistic view*. Oxford, UK: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/0199253889.001.0001>
- Taylor-Collins, E., Harrison, T., Thoma, S. J., & Moller, F. (2019). A habit of social action: Understanding the factors associated with adolescents who have made a habit of helping others. *Voluntas*, 30, 98–114. <https://doi.org/10.1007/s11266-018-00070-8>
- Trautwein, S., Liberatore, F., Lindenmeier, J., & Schnurbein, G. V. (2020). Satisfaction with informal volunteering during the COVID-19 crisis: An empirical study considering a Swiss online volunteering platform. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 49(6), 1142–1151. <https://doi.org/10.1177/0899764020964595>
- Warhurst, R., & Black, K. (2017). What do managers know? Wisdom and manager identity in later career. *Management Learning*, 48(4), 416–430. <https://doi.org/10.1177/1350507616679346>
- Williams, D. K. (2016). *Defenders of the unborn: The pro-life movement before Roe v. Wade*. New York: Oxford University Press.
- Zyl, L. V. (2019). *Virtue ethics: A contemporary introduction*. New York, NY: Routledge.

Autoria

Maria Clara Figueiredo Dalla Costa Ames*

Pesquisadora independente, integrante do Grupo de Pesquisa Admethics

Avenida Madre Benvenuta, n. 2037, Itacorubi, 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: mariaclaraames@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0444-8764>

Maurício Custódio Serafim

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Departamento de Administração Pública

Avenida Madre Benvenuta, n. 2037, Itacorubi, 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: serafim.esag@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4852-5119>

* Autora Correspondente

Fast-track

Uma versão inicial deste manuscrito foi apresentada no 45º Encontro da ANPAD- EnANPAD 2021, sob o título "Moral Virtues and Phronesis of Pro-Life Volunteers: A Multiple Case Study in the Light of the Ethics of Virtues" (EPQ2681). Foi premiado como o melhor trabalho em Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, bem como foi indicado pelo evento para submissão em regime de fast-track na RAC.

Verificação de Plágio

A RAC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, mediante o emprego de ferramentas específicas, e.g.: iThenticate.

Método de Revisão por Pares

Este conteúdo foi avaliado utilizando o processo de revisão por pares duplo-cego (*double-blind peer-review*). A divulgação das informações dos pareceristas constantes na primeira página e do Relatório de Revisão por Pares (Peer Review Report) é feita somente após a conclusão do processo avaliativo, e com o consentimento voluntário dos respectivos pareceristas e autores.

Contribuições dos Autores

1ª autora: conceituação (igual); curadoria de dados (liderança); análise formal (liderança); investigação (liderança); metodologia (igual); administração de projeto (liderança); recursos (liderança); software (liderança); supervisão (liderança); validação (igual); visualização (igual); escrita - rascunho original (liderança); escrita - revisão e edição (igual).

2º autor: conceituação (igual); análise formal (suporte); investigação (suporte); metodologia (igual); administração de projeto (suporte); supervisão (igual); validação (igual); visualização (suporte); escrita - rascunho original (suporte); escrita - revisão e edição (igual).

Direitos Autorais

A RAC detém os direitos autorais deste conteúdo.

Conflito de Interesses

Os autores informaram que não há conflito de interesses.

Financiamento

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC pelo suporte financeiro para a pesquisa deste artigo.

Disponibilidade dos Dados

Os autores afirmam que todos os dados utilizados na pesquisa foram disponibilizados publicamente, e podem ser acessados por meio da plataforma Harvard Dataverse:



Ames, Maria Clara Figueiredo Dalla Costa; Serafim, Maurício Custódio, 2022, "Replication Data for: "Multiple Cases of Pro-Life Volunteering in a Neo-Aristotelian Ethical Approach" published by RAC-Revista de Administração Contemporânea", Harvard Dataverse, V1.

<https://doi.org/10.7910/DVN/GZ1S5H>

A RAC incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática de *open data* é viabilizar a reproducibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.

A RAC é membro e subscreve os princípios do COPE - Comitê de Ética em Publicações

